

**DECRETO Nº 10.874**  
**DE 23 DE JULHO DE 2025**

***REGULAMENTA O BENEFÍCIO FISCAL DE REDUÇÃO DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO APLICADO A MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP).***

**ROGÉRIO SANTOS**, Prefeito Municipal de Santos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o disposto nos incisos VII, XI e XII da Nota V do artigo 105 do Código Tributário do Município, Lei nº 3.750 de 20 de dezembro de 1971,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Os contribuintes legalmente enquadrados como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) terão, mediante solicitação do interessado, desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, nos termos dos incisos VII, XI e XII da Nota V do artigo 105 do Código Tributário do Município, Lei nº 3.750 de 20 de dezembro de 1971, observadas as condições e os procedimentos dispostos neste decreto.

**Parágrafo único.** Ficam dispensadas da solicitação do benefício as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), optantes pelo Simples Nacional, que terão o desconto concedido automaticamente.

**Art. 2º** A Microempresa (ME) ou a Empresa de Pequeno Porte (EPP), não optante pelo Simples Nacional, deverá efetuar a solicitação por meio do requerimento CCM da Prefeitura de Santos, disponível na internet, protocolizado de 1º de julho até o último dia útil de outubro de cada ano, instruído com os seguintes documentos:

- I** – Cópia do Contrato Social atualizado;
- II** – Comprovante de inscrição no CNPJ;

**III** – Comprovante de inscrição municipal (ficha cadastral ou alvará de licença);

**IV** – Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica do exercício corrente, referente ao ano base anterior, com comprovante de entrega.

**Parágrafo 1º** No caso de empresa que esteve inativa no exercício anterior ao do pedido, deverá ser apresentada a Declaração de Inatividade correspondente, conforme previsto na legislação tributária aplicável.

**Parágrafo 2º** A Microempresa (ME) ou a Empresa de Pequeno Porte (EPP) que estiver enquadrada no regime do Simples Nacional, mas sua saída desse regime já tenha sido formalizada com vigência a partir do ano seguinte, poderá, respeitado o prazo referido no caput deste artigo, solicitar o benefício de redução do valor da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, caso em que deverá apresentar a Declaração do Simples Nacional ou a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, referente ao ano base anterior, conforme a situação.

**Parágrafo 3º** A critério da Administração Tributária, documentos adicionais poderão ser exigidos para comprovação da condição do requerente.

**Art. 3º** A Microempresa (ME) ou a Empresa de Pequeno Porte (EPP) que estiver inadimplente com a Taxa de Licença para Localização e Funcionamento e não estiver em dia com os recolhimentos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) até a data da solicitação não terá direito ao benefício.

**Art. 4º** Cumpridas as exigências legais e regulamentares, o benefício será concedido para o exercício seguinte ao da solicitação.

**Art. 5º** A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) em início de atividade, poderá, no ato de formalização de sua abertura no Município de Santos, obter o benefício para o exercício seguinte, apresentando a Declaração de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte registrada na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

**Parágrafo único.** Em se tratando de filial de empresa iniciando neste Município, o benefício poderá ser obtido na forma do *caput*, desde que a abertura da matriz no CNPJ tenha ocorrido no mesmo exercício, independentemente de onde esteja estabelecida.

## GABINETE DO PREFEITO

**Art. 6º** Caso sejam identificadas irregularidades ou falsidade documental o benefício será cancelado e o valor integral da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento será cobrado com os acréscimos legais cabíveis.

**Art. 7º** Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 23 de julho de 2025.

**ROGÉRIO SANTOS**

*Prefeito Municipal*

Registrado no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de julho de 2025.

**NATÁLIA LUCENA DOS SANTOS**

*Diretora do Departamento*